

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

(Proc. nº 163526)

SEGUNDO TERMO DE ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 056/2015, DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ E O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL/PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, inscrito no CNPJ sob nº 06.981.344/0001-05, com sede na Praça Desembargador Edgard Nogueira, S/N, Centro Cívico, em Teresina, capital do Estado do Piauí, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Desembargador ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES, de um lado, e de outro o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL/PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**, por meio da Unidade Gestora Procuradoria da República no Estado do Piauí, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0022-37, com sede na Praça Marechal Deodoro, s/n, salas 302-603 – Centro, na cidade de Teresina - PI, neste Estado, doravante denominado **CONVENIADO**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Chefe da República, Dr. MARCO AURÉLIO ALVES ADÃO:

Considerando a especialidade técnica dos servidores e a intenção manifestada pelas partes na melhoria técnica de seus serviços;

Considerando, outrossim, o pedido formulado pelo Dr. BLAL YASSINE DALLOUL, Procurador Regional da República/Secretário Geral, contido no Ofício nº 4786/2016/SG e constante do Processo nº 154337/2015, referente à prorrogação da disposição do servidor THIAGO QUEIROZ DE BRITO, para o exercício de função de confiança na instituição conveniada,

RESOLVEM ADITAR o CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 056/2015, para fazer constar o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Aditivo tem por objeto a prorrogação do período de vigência do Convênio acima indicado, até 31.12.2017, nos termos autorizados pelo art. 116, c/c art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Convênio acima mencionado.

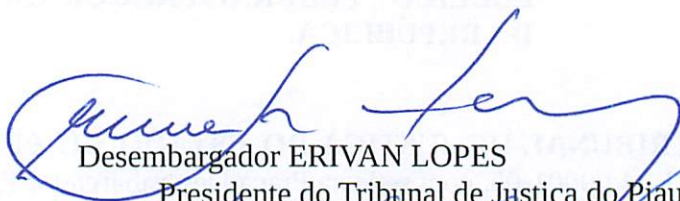
CLÁUSULA TERCEIRA - Fica eleito o foro de TERESINA, capital do Estado do Piauí, como competente para dirimir qualquer dúvida ou litígio decorrente deste aditivo.

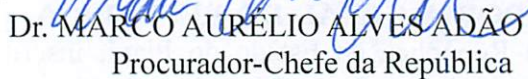


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo.


Teresina, 14 de dezembro de 2016


Desembargador ERIVAN LOPES
Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí


Dr. MARCO AURELIO ALVES ADÃO
Procurador-Chefe da República

Testemunhas:


1 - RG nº 1.294.028


CPF nº 697.256.163-91


2 - RG nº


CPF nº

1680397-551/PI

000.762.553-79



LIQUIDAÇÃO: 2016NL03707

DATA DA CONCESSÃO: 16/11/2016.

PERÍODO DE APLICAÇÃO: 16/11/16 a 15/12/2016.

PERÍODO DE PRESTAÇÃO CONTAS: 15/12/16

CONSIDERANDO os poderes delegados pela Presidência do TJPI através da Portaria nº 1.836/2010, AUTORIZO a concessão do Suprimento de Fundos acima descritos. Fica o Suprido sujeito ao cumprimento da legislação aplicável à concessão de Suprimento de Fundos, em especial aos dispositivos que regulam sua finalidade e prazos de utilização e de prestação de contas.

Paulo Sílvia Mourão Veras - Secretário Geral do TJPI

5. GESTÃO DE CONTRATOS

5.1. Segundo Termo de Aditivo ao Convênio nº 056/2015.

EXTRATO DE CONVÊNIO REFERÊNCIA: Segundo Termo de Aditivo ao Convênio nº 056/2015. **VINCULAÇÃO:** Processo Administrativo nº 163526. **CONVENIENTE:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. **CONVENIADO:** Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República. **CNPJ DO CONVENIADO:** 26.989.715/0022-37. **CNPJ DO CONVENIENTE nº:** 06.981.344/0001-05. **RESOLVEM ADITAR O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 056/2015**, para fazer constar o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA - Este Aditivo tem por objeto a prorrogação do período de vigência do Convênio acima indicado, até 31.12.2017, nos termos autorizados pelo art. 116, c/c art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Convênio acima mencionado.
CLÁUSULA TERCEIRA - Fica eleito o foro de TERESINA, capital do Estado do Piauí, como competente para dirimir qualquer dúvida ou litígio decorrente deste aditivo. **ASSINATURA: 14/12/2016.**

5.2. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 140/2015.

EXTRATO DE ADITIVO REFERÊNCIA: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 140/2015. **VINCULAÇÃO:** Processo Administrativo nº 164070/2015. **CONTRATANTE:** Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. **CONTRATADA:** NP Capacitação e Soluções Tecnologia Ltda. **CNPJ DO CONTRATANTE nº:** 10.540.909/0001-96. **CNPJ DA CONTRATADA nº:** 07.797.967/0001-95. **ESPÉCIE:** Contrato Administrativo nº 140/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO
1.1. O presente termo aditivo tem o fim de modificar o disposto no item 3.1. da Cláusula Terceira do Contrato Administrativo supracitado a fim de prorrogar a vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO
2.1. Constitui objeto do Contrato nº 140/2015 a assinatura anual para acesso aos serviços do Sistema "Banco de Preços" - ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA
3.1. O prazo de vigência ora prorrogado/aditado é de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 10 de dezembro de 2016, encerrando-se em 10 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de interesse da Administração, na forma prevista no inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR
4.1. O valor do presente Termo Aditivo será de R\$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais), para o período de 12 (doze) meses a ser pago em parcela única.

CLÁUSULA QUINTA - DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
5.1. Os recursos para atender as despesas decorrentes deste Termo Aditivo serão oriundos do 2º Grau e discriminados sob o Código: 3390-39; Descrição: Serviços Pessoa Jurídica; Unidade Orçamentária: 040105; Projeto Atividade: 2066; Fonte 18; Classificação Funcional: 02061812066.

CLÁUSULA SEXTA - DO FUNDAMENTO LEGAL
6.1. O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93.
NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE01692 DATA EMISSÃO 12/12/2016. DATA ASSINATURA/CONTRATO ORIGINAL: 10/12/2015. DATA ASSINATURA/ADITAMENTO: 07/12/2016.

6. PAUTA DE JULGAMENTO

6.1. 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL - 31/01/2017

PAUTA DE JULGAMENTO

1ª Câmara Especializada Cível
A Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí torna pública a relação dos processos que serão apreciados em Sessão Ordinária da 1ª Câmara Especializada Cível a ser realizada no dia 31 de janeiro de 2017, a partir das 9:00 horas. Os eventuais processos adiados ficam automaticamente incluídos na próxima pauta, independentemente de nova publicação.

01. 2014.0001.002938-4 - Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento

Origem: Teresina / 2ª Vara Cível

Embargante: CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE TERESINA - CDL (SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - SPC)

Advogados: Lorena Castelo Branco Napoleão Régo (OAB/PI nº 4.580) e outros

Embargado: RONALDO MOISÉS DE MELO

Advogados: Bruno Milton Sousa Batista (OAB/PI nº 5.150) e outros

Relator: Des. Fernando Carvalho Mendes

02. 2015.0001.002615-6 - Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento

Origem: Teresina / 1ª Vara da Infância/Juventude (Civil)

Embargante: N. B. DOS. S. J.

Advogados: Moisés Ângelo de Moura Reis (OAB/PI nº 874) e outros

Embargada: J. C. P.

Advogados: Cláudia Paranaquá Carvalho Drumond (OAB/PI nº 1.821) e outros

Relator: Des. Haroldo Oliveira Rehem

03. 2016.0001.009909-7 - Agravo de Instrumento

Origem: Teresina / 6ª Vara Cível

Agravante: FRANCISCO RODRIGUES SOARES

Advogados: Henry Wail Gomes Freitas (OAB/PI nº 4.344) e outros